

EMENDAS PARLAMENTARES

10 dias para esclarecer manobra

Dino cobra do Congresso e da AGU explicação sobre PL que dribla decisão sobre rastreabilidade e transparência

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), fixou um prazo de 10 dias para que o Congresso e a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentem explicações sobre a nova resolução, que pode camuflar os nomes dos congressistas ao indicarem emendas parlamentares de comissão. A decisão, publicada ontem, atende a pedidos apresentados pelo Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) e pelo PSol.

Isso porque o texto aprovado, na semana passada, por deputados e senadores dribla a determinação de Dino e abre brechas para a falta de transparência nos repasses de recursos públicos. Os parlamentares aprovaram uma proposta que exige apenas a assinatura dos líderes de bancada nos pedidos para esse tipo de repasse. O projeto de lei foi aprovado por 361 x 33 na Câmara e 64 x três, no Senado.

Na ação enviada ao Supremo, o PSol argumenta que o texto aprovado pelos deputados e pelos senadores é "um mecanismo que recebeu a alcunha de emendas dos líderes, cujo objetivo é o de sempre: esconder quem é quem nas planilhas de bilhões de reais". A legenda pede que o STF adote as medidas para que seja garantida a transparência dos recursos, conforme havia determinado. O partido também solicita que a Câmara e o Senado se abstenham de propor,

de colocar em tramitação ou de aprovar propostas que afrontem a transparência das emendas parlamentares.

Ocultação

O Inac, por sua vez, argumentou junto ao STF que a nova resolução sobre emendas continua a permitir a ocultação do congressista responsável pela indicação dos recursos — o que já foi proibido pelo Supremo, pois viola princípios constitucionais relativos ao Orçamento da União.

"O texto permite (arts. 45-A, 47 e 48-A) que os parlamentares façam indicações por meio de suas bancadas partidárias, constando apenas a assinatura do líder da sigla, sem identificação do autor original", observa o a organização não-governamental. O Inac entende que a norma permite que "autores de projetos de emendas se escondam atrás das figuras de líderes partidários e de bancadas, blindando-os do escrutínio público e institucional".

As emendas são indicações de gastos que deputados e senadores fazem no Orçamento da União para obras e projetos nas unidades da Federação que os elegeram. Os repasses desses recursos foram suspensos em 2024, por decisão do STF, mas liberados neste ano. A determinação obrigou o Executivo e Legislativo a trabalharem juntos para aprovar uma lei que desse mais transparência e rastreabilidade à destinação do dinheiro.

OPERAÇÃO SISAMNES

PF prende assessor do MP-TO por suspeita de obstruir Justiça

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, o advogado Thiago Marcos Barbosa de Carvalho, assessor jurídico do Ministério Público do Tocantins (MP-TO), por suspeita de envolvimento no vazamento de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A prisão é desdobramento da Operação Sisamnes, que investiga crimes de obstrução de Justiça, violação do sigilo funcional, corrupção ativa e passiva. Foi autorizada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao todo, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão e um de prisão. Thiago é sobrinho do governador do Tocantins Wanderlei Barbosa (Republicanos), que não é investigado na operação. Foram autorizadas, também, medidas como o afastamento de funções públicas, proibição de contato entre os investigados e apreensão de passaportes.

A atual etapa da operação apura o vazamento de informações sobre operações policiais, com o objetivo de atrapalhar investigações autorizadas pelo STJ. Segundo as apurações, "foi identificada uma rede clandestina de monitoramento, comércio e repasse de informações sigilosas sobre o andamento de investigações sensíveis supervisionadas pelo Superior Tribunal de Justiça, frustrando, assim, a efetividade das deflagrações das operações policiais", informou a PF.

O procurador de Justiça Ricardo Vicente da Silva foi alvo de buscas. Por meio de nota, o MP-TO disse que não iria se

manifestar, por não ter obtido acesso à decisão judicial que autorizou as diligências. O STJ não comentou o episódio.

O governador do Tocantins se manifestou pela prisão do sobrinho. Informou que Thiago não recebeu informação privilegiada, ressaltou que não é alvo da investigação e nem foi citado no processo.

Venda de sentenças

A primeira fase da Operação Sisamnes ocorreu em novembro de 2024, quando foram cumpridos 23 mandados de busca e apreensão no Mato Grosso, Pernambuco e no Distrito Federal, além de um mandado de prisão preventiva. As investigações trouxeram à tona a existência de um esquema para a venda de sentenças judiciais, que envolveria advogados, lobistas, empresários, assessores, chefes de gabinete e juizes.

O caso também envolve outros magistrados do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT) e servidores do TJ. O esquema ganhou projeção depois da morte do advogado Roberto Zampieri, assassinado com 10 tiros dentro do próprio carro. Na investigação do homicídio, a polícia apreendeu celulares e quebrou o sigilo telefônico e telemático dos suspeitos, encontrando evidências do mega-esquema de corrupção de integrantes do Judiciário. Também eram vazadas informações sigilosas sobre operações policiais que estavam em andamento. (LP)

Andressa Anholeta/SCO/STF



Ministro quer saber por que as "emendas de líderes" pecam pela falta de transparência, segundo o PSol e o Inac



O texto permite (arts. 45-A, 47 e 48-A) que os parlamentares façam indicações por meio de suas bancadas partidárias, constando apenas a assinatura do líder da sigla, sem identificação do autor original"

Trecho da argumentação do Instituto Não Aceito Corrupção que levou o ministro a cobrar explicações do Congresso e da AGU

BRASÍLIA

65 ANOS

Brasília nasceu a partir de um sonho e, 65 anos depois, se mantém como uma referência no que se diz respeito à cultura, história e arquitetura.

Para celebrar o aniversário da cidade, o Correio Braziliense mostra a capital cada vez mais conectada, sustentável e pronta para os desafios do amanhã, mantendo viva a sua essência e as suas tradições.



Faça parte deste projeto!

Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e entre em contato conosco

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO